

Senhor Presidente do ISEG,

Professor João Duque,

- Agradecer a presença e as palavras.
- Ter disponibilizado as instalações para este encontro, o que tem para mim o simbolismo adequado a esta ocasião.
- Felicitá-lo pela recente promoção de 11 lugares do Mestrado em Finanças no ISEG, colocando-o no TOP 23 Mundial.

Como responsável máximo por esta Escola, personifica este importante e merecido êxito.

Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas,

Professor António Mendonça,

- Agradeço muito sensibilizada a distinção que entenderam conceder-me e que é para mim, um inequívoco motivo de orgulho.

Tanto maior quanto é certo que talvez por ser uma ordem relativamente recente, só faz 25 anos, nunca lutei pela sua criação, nem nunca fui associada.

Por este facto não posso deixar de o felicitar, não porque considere ter sido uma decisão acertada, mas pelo que traduz, da sua parte e da sua Direção, uma isenção de critérios a todos os títulos louvável.

Hoje já sou membro da Ordem, o que era o mínimo que poderia fazer para corresponder a um gesto tão invulgar nos nossos dias.

Paulo Rangel,

Por uma vez, foi hoje, que perdeu a lucidez que o caracteriza, deixando-se dominar por um sentimento de amizade, difícil de agradecer.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não é justo que esta Sessão me seja apenas dedicada porque nada se faz só, sem ajudas, nem apoios de terceiros.

O percurso de vida nunca é exclusivamente fruto da nossa vontade individual.

É sempre determinado por um sem número de circunstâncias, por aparentes acasos, por muitas opções, umas certas e outras erradas.

As minhas circunstâncias essenciais têm dois nomes.

O primeiro é o do Professor Alves Martins, Professor Catedrático desta Escola que no final do meu último exame, a cujo Júri presidia, me convidou para o Centro de Estudos de Economia e Finanças da Fundação Gulkbenkian, que ele tinha fundado e dirigia.

Posteriormente, teve a ousadia de me trazer para sua assistente, nesta Escola, contrariando a tradição da época de um corpo docente quase exclusivamente masculino.

Foi o início de uma colaboração nesta Escola, que se prolongou durante mais de 14 anos.

A segunda circunstância, chama-se Aníbal Cavaco Silva, que por ser colega e amigo, me desafiou para tarefas que não estavam no meu horizonte, nem na minha ambição.

Considero que esta distinção, não pode também deixar de abranger, todos os que comigo colaboraram, em tantas ocasiões e com diferentes funções.

Sensibiliza-me muito olhar para a sala e vê-los cá todos – infelizmente quase todos – porque em cada um vejo um amigo verdadeiro, uma lealdade sem limites, uma competência indiscutível e uma dedicação desinteressada de que só eu retirei os frutos.

Nenhum beneficiou do facto de ter colaborado comigo.

Nenhum teve qualquer espécie de recompensa pelos sacrifícios acrescidos que lhes pedi.

Quando terminaram funções, regressaram todos aos seus lugares de origem e progrediram pelo seu mérito.

Não nomeio cada um deles para não correr o risco de incorrer em alguma injusta omissão.

Permitam-me, por isso, que todos se sintam abrangidos num *“muito obrigada”* na pessoa da Suzana Toscano de quem, ainda hoje, não prescindo de ouvir as suas inteligentes e lúcidas opiniões e as suas valiosas críticas.

E também na Eduarda Pedro que de há muitos anos, até hoje, inventa uma disponibilidade, sem limites, para me ajudar.

Muito Obrigada a todos.

Na época em que frequentei esta única Escola de Economia, havia que optar, no final do 2º ano, entre o ramo de Economia e o de Finanças.

Escolhi o primeiro porque sentia um maior apelo pela macroeconomia, opção de que nunca me arrependi.

No entanto, recordo que naquela altura, dado o regime político vigente, todas as matérias relacionadas com o papel do Estado e suas consequências na situação económica de um País eram apenas abordadas numa óptica académica, sem qualquer alusão à forte componente política de que se reveste a acção do Estado e consequente impacto na vida dos cidadãos.

A política económica era um conjunto de receitas em que as opiniões e as opções, não tinham lugar.

Iniciamo-nos na análise Estatística e na Econometria, mas fomos ensinados a ler os números, mais do que a interpretá-los.

Só após a Revolução que, de resto, chegou a esta Escola antes mesmo de chegar ao País, é que me consciencializei, de forma mais nítida, de que existiam alternativas diversas que conduziam a resultados diferentes.

O aparecimento de vários Partidos Políticos abriu a discussão entre diferentes ideologias e políticas optativas, o que permitiu elevar a importância do papel dos Economistas na condução do País, reduzindo o até então quase monopólio dos juristas em funções políticas.

Nesse contexto, aderi a um projecto em que a ambição para o País não se ficava, como dizia o fado, *“pelo pão e vinho sobre a mesa”*, mas em que a prevalência do mérito e a

igualdade de oportunidades fosse uma realidade que permitisse catapultar a classe média para outros patamares.

Um projecto que não crucificasse os ricos, mas que proporcionasse uma distribuição mais equitativa da riqueza.

Um projecto que zelasse por uma justiça social com respeito pela pessoa humana, pela sua liberdade, iniciativa e mérito.

Tenho consciência de que sempre procurei ser fiel a estes princípios, mesmo em situações em que eles não prevaleceram na opinião pública o que, por vezes, confesso, pode ter retirado alguma lucidez às minhas análises.

Aprendi nas primeiras aulas que não é unanimemente aceite que a economia seja uma ciência, uma vez que utiliza instrumentos e análises em que não existe a segurança de uma relação de causa e efeito indiscutível.

Com efeito, todas as análises envolvem comportamentos de pessoas, de natureza subjetiva e portanto, imprevisíveis que não se controlam.

No entanto, o facto de se considerar que esses comportamentos são, de um modo geral, instintivamente racionais e portanto previsíveis, fortalece a convicção dos defensores do carácter científico ou quase científico, da teoria económica.

E porque se trata de objectivos que interferem com as pessoas, com os seus anseios, os seus projectos, todos aceitam o carácter social da economia.

Sempre defendi e defendo que as intervenções do Estado na actividade económica não devem apenas resultar de modelos rígidos, indiferentes à estrutura económica e social da realidade a que se dirigem.

É que nós, os economistas tendemos a avaliar as análises e propostas políticas apenas em questões numéricas, tornando-as rígidas porque os números são grandezas indiscutíveis.

O máximo que se consegue questionar é o caminho que deve ser seguido para alcançar os objectivos.

Ora, os números são frios; é o computador que os trabalha, quase os interpreta, subordinados a um modelo dogmático cujo resultado é utilizado, na maioria das vezes, sem sentido crítico.

As conclusões são aparentemente lógicas, ninguém duvida da infabilidade da máquina e, por isso, em nenhum passo da resolução do problema entra a condicionante da realidade, ou seja, não se procede a qualquer ajustamento, nem ao universo das pessoas a quem se dirige a política, nem à envolvente social em que se insere.

Como a realidade tem sobejamente demonstrado, não são apenas os números que contam, mas sobretudo os valores e os princípios que os enquadram.

Neste contexto, as estatísticas são um precioso instrumento de análise para orientar a política, mas não resolvem nenhum dos problemas que afectam o bem-estar dos cidadãos. Não são a solução dos problemas, mas podem torná-los numa ilusão.

Cabe aos economistas negar este caminho e zelar pela credibilidade das informações estatísticas, a nossa grande arma de trabalho.

Se a política económica não for ajustada à realidade a que se destina, se não souber induzir os comportamentos dos agentes económicos na direção ajustada à especificidade de cada sociedade, se a política não for correctamente direccionada para apelar ao comportamento dos cidadãos no sentido que se ajusta às necessidades do crescimento económico, se pelo contrário, se tenta ajustar a realidade às estatísticas desejáveis, independentemente das consequências sociais que daí decorrem, significa que a prioridade, o grande objectivo é o número mágico, é o resultado numérico.

Tudo isto é o contrário de uma política com preocupações sociais.

As estatísticas, deixam de ser o retrato da realidade, mas a forma de a mascarar.

Quando escolhi vir para esta Escola, não sabia ao que vinha, mas vim atrás da matemática que vive de números.

Termino a minha vida profissional, a desconfiar deles.

Cabe-nos a nós economistas, não permitir este equívoco.

Cabe-nos a nós economistas, contrariar a tendência de se propagarem verdades enganosas, a que frequentemente conduzem os números, sem as interpretações adequadas, e que assim vão minando a credibilidade das Instituições que os apregoam.

A economia pode não ser uma ciência, mas não é, seguramente, uma “crença” em que a realidade se ajustará aos nossos desejos, mesmo sem a nossa intervenção.

O aumento da responsabilidade dos economistas na participação e decisões políticas, comprometem-nos a um rigor analítico que não é incompatível com divergências ideológicas, mas que nos obriga a honrá-lo.

Não duvido que a nossa Ordem defende e valoriza esses princípios.

Desejo e acredito que o papel dos economistas seja crescentemente valorizado e respeitado, fazendo jus ao contributo que estão preparados para dar e de que o País tanto precisa para o bem estar dos cidadãos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Mantenho, neste momento da minha vida, a consciência de que vale a pena lutar pelos valores em que acreditamos, aprendendo com os melhores, respeitando o trabalho dos outros e discutindo com lealdade as ideias que nos guiam.

Encarei esta distinção como um balanço de vida profissional e, nesse sentido, a minha intervenção é um conjunto de citações, de mim própria, retiradas de trabalhos escritos em diferentes ocasiões.

Mas a vida não é só profissional, é muito mais. E se fizesse esse balanço diria que é minha profunda convicção *“que a marca que deixo na Vida, está nos meus 3 filhos e 7 netos”*.

Muito obrigada.